

O TURISMO E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS E ECONÔMICOS

Selma Aparecida Ferreira GIIROTO

Advogada Graduada pela Universidade de Marília, Pós Graduanda em Direito Ambiental pelo Centro de Pós Graduação de Garça, Mantida pela Associação Cultural e Educacional de Garça

“O TURISMO EM COMUM COM OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS POSSUI O POTENCIAL DE TER IMPACTO POSITIVA E NEGATIVAMENTE NOS LUGARES ONDE É REALIZADO, NAS PESSOAS QUE VIVEM SOBRE OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO DESTINO”.

RESUMO

A atividade econômica gera produtos descartáveis que acabam se destinando ao meio ambiente, porém, há limites na tolerância dos excessos, uma vez que ele, o meio ambiente, dá o suporte da vida ao homem. Assim, o objetivo do nosso trabalho é fazer uma análise de como os segmentos produtivos da sociedade podem atingir o “desenvolvimento sustentável” a fim de que as relações entre a atividade turística e o meio ambiente, seus impactos e efeitos no patrimônio natural e construído, bem como na própria sociedade, determinem a prosperidade da atividade turística e seu desenvolvimento sem danos.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, meio ambiente, desenvolvimento sustentável

ABSTRACT

The economic activity generates dismissable products that finish if destining to the environment, however, has limits in the tolerance of the excesses, a time that it, the environment, gives the support of the life to the man. Thus, the objective of our work is to make an analysis of as the productive segments of the society can reach the "sustainable development" so that the relations between the tourist activity and the environment, its impacts and effect in the

natural and constructed patrimony, as well as in the proper society, determine the prosperity of the tourist activity and its development without damages.

KEY WORDS: Tourism, environment, sustainable development

São cada vez mais pertinentes as preocupações locais e globais com a qualidade do meio ambiente. Todos os segmentos produtivos da sociedade atual buscam atingir o que se chama de “desenvolvimento sustentável”. As relações entre a atividade turística e o meio ambiente, seus impactos e efeitos no patrimônio natural e construído, assim como na sociedade, determinam a prosperidade da atividade turística e seu desenvolvimento sem danos.

O planejamento turístico deve ser direcionado de uma maneira ambientalista, assegurando que a sociedade garanta sua sobrevivência sem exceder a capacidade de seu meio ambiente, pois é deste que provêm os recursos e o contexto para a economia e o desenvolvimento social. Sua proteção e sua melhoria devem ser os principais objetivos de qualquer política de planejamento.

Dentro deste princípio surge o conceito de capacidade ambiental, que tem suas raízes nas ciências naturais, mais especificamente na ecologia e no conceito de capacidade de carga. No campo do planejamento e do uso do solo, capacidade ambiental. O meio ambiente tem um limite de tolerância à atividade humana, a partir da qual, se ultrapassada, passa a sofrer danos. O termo sustentável é usado, então, para expressar a idéia de que a sociedade humana precisa viver dentro dos limites determinados pela natureza, sem prejuízo deste meio ambiente. No contexto do planejamento, significa dizer que o desenvolvimento deve ser direcionado a não exceder a capacidade do meio ambiente para não esgotá-lo ou destruí-lo.

O termo capacidade de carga pode ser entendido como um sinônimo da capacidade ambiental. Na ecologia, se refere ao tamanho de uma população de uma determinada espécie, que pode se sustentar indefinidamente em um habitat. Quando tratamos de gerenciamento urbano, capacidade de carga é usada para definir a extensão em que o meio ambiente pode tolerar a atividade humana sem sofrer danos inaceitáveis ou irreversíveis.

Essa definição é semelhante à capacidade ambiental. O que a distingue é que o termo capacidade ambiental considera a interação entre o meio ambiente e as atividades humanas em diferentes escalas, simultaneamente. Já o termo capacidade de carga é mais apropriadamente usado quando somente um aspecto do meio ambiente ou de uma atividade está sendo considerado, ou seja, quando se investiga como um determinado aspecto causa impacto em um meio ambiente específico, não se considerando o conjunto de ações.

A atividade econômica, por exemplo, gera produtos descartáveis que acabam se destinando aos aterros, atmosfera ou água. No entanto, há limites na tolerância aos excessos, pois o meio ambiente faz mais do que simplesmente assimilar os gastos provocados pelo homem e prover os recursos naturais para sua sobrevivência. Ele dá o suporte da vida, regula o clima, protege a Terra da radiação solar e mantém a biodiversidade de espécies animais e vegetais, garantindo a sobrevivência econômica.

Entretanto não é apenas o meio ambiente natural que precisa ser protegido, mas também o que é feito pelo homem, o que chamamos de ambiente construído, o qual provê para a sociedade bens culturais e benefícios que vão desde uma bela paisagem até um local apazível para viver e trabalhar. A importância disso não deve ser subestimada. Os benefícios resultantes de ar puro, água limpa e espaços verdes, particularmente em cidades, são vitais, assim como a configuração urbana que facilita a locomoção, moradia, trabalho e identidade de seus moradores, bem como sua destinação econômica.

Toda atividade humana produz história. No entanto, apenas alguns locais contêm uma densidade de documentos que despertam o interesse de visitantes. É o que normalmente se designa por sítios históricos. São muito diversos os parâmetros utilizados no mundo para considerar determinados edifícios, conjuntos edificados, cidades ou áreas como de valor histórico.

As características físicas não apenas fazem a historicidade do local visualmente atraente, mas também traçam o limite para o desenvolvimento futuro. Toda a área urbana deve ser considerada e não apenas alguns edifícios. Proteção e conservação enfrentam, assim, os interesses públicos e de autoridades locais, cuja atenção é freqüentemente voltada para o

desenvolvimento econômico e/ou imobiliário, algumas vezes se sobrepondo ao desenvolvimento turístico.

Há preocupações ambientais e sócio-econômicas muito significativas que interessam à cidade turística, em particular os problemas com tráfego, congestionamento e poluição, que, a curto ou médio prazo, causam danos por terem ultrapassado a capacidade ambiental.

O meio ambiente provê recursos para a sociedade e para a economia, mas há limites em que extensão isto pode ocorrer sem causar danos intoleráveis para o ecossistema e para a qualidade de vida. Desta maneira, o planejamento passa a discutir sobre as capacidades do meio ambiente.

O debate em torno de sustentabilidade originalmente enfoca o âmbito dos recursos naturais, mas há alguns princípios básicos que são úteis em termos de recursos feitos pelo homem. Trata-se de observar a capacidade do ambiente em aceitar demandas sem que sejam irreversíveis ou inaceitáveis para a integridade desse mesmo ambiente. Mudança irreversível em relação a uma cidade turística seria o resultado da perda ou dano considerável nos elementos significativos de seu conjunto. Mudança inaceitável em relação a uma cidade turística seria quando já não se mantém as características especiais que a fazem atraente.

Um princípio básico de desenvolvimento sustentável está baseado em um conceito da economia de que há um recurso capital crítico, o qual não deve ser reduzido caso o investidor queira mantê-lo. Em termos de recursos naturais, o 'capital crítico' incluiria aquele que deva ser mantido para gerações futuras, como os habitats protegidos e locais de especial interesse científico por exemplo. Para o estudo de cidades históricas, ambos os recursos, naturais e construídos, são importantes.

Os recursos que são críticos para a malha urbana ou para o caráter da cidade e em relação aos quais proteção e manutenção são preocupação primordial (áreas de conservação, áreas de paisagem privilegiada). São locais onde a preservação é fundamental, por serem economicamente insubstituíveis.

Há, em seguida, os recursos que contribuem para a malha urbana em um sentido geral ou também para o caráter da cidade, mas que são menos importantes, podendo até serem compensados em outros locais. Estes incluiriam subúrbios e os espaços abertos ao redor do centro que ajudam a

configurar a cidade e seu caráter, e onde a eliminação de uma determinada área pode ser compensada em outro lugar sem se perder o caráter global ou a qualidade da cidade.

Torna-se necessário, então, identificar esses recursos que são críticos, ou seja, são os que formam o caráter global e dão qualidade à cidade. Pode-se assim expandir a capacidade ambiental de um local através de sua adequada gestão ou da criação de alternativas para se utilizar outros que a cidade tem a oferecer.

O desenvolvimento turístico oferece um potencial econômico-ambiental muito positivo. O turismo de herança cultural tem papel importante na justificativa da conservação, formando opiniões a favor de se manter os lugares históricos. Por outro lado um ponto negativo: há um preço a ser pago quando se usa esses lugares como único recurso para atrair o turismo, pois seu excesso pode danificar a malha histórica. Também a superdependência do turismo pode gerar problemas de administração no restante da cidade histórica.

A natureza, assim como a cidade, são elementos com potencial turístico economicamente viável, mas enquanto a primeira não pode ser ampliada, a cidade desenvolve-se e cresce. A própria existência da natureza já constitui a sua atratividade. Na cidade turística, os edifícios, prédios e monumentos com significado artístico e histórico, constituem a atratividade e a diferenciam das demais cidades.

Temos que é muito complexo a operacionalização e a determinação da capacidade de carga de uma cidade ou um local turístico. Há vários componentes que determinam a qualidade do local: a temperatura, o índice pluviométrico, fauna e flora, estado dos edifícios e monumentos etc. Também é importante se determinar a tipologia da frequência e as modalidades da intervenção sobre o espaço (semanal, sazonal ou permanente) e do tipo de lazer praticado (passeios, turismo educativo, esportivo, familiar, jovem etc.) O comportamento dos indivíduos também é um determinante pois muitas vezes se apresenta inadequado, inaceitável mesmo, uma vez que estão fora do seu meio cultural. Em resumo, as maiores dificuldades estão na determinação da quantidade ideal de turistas e sua distribuição no tempo e no espaço, dos meios disponíveis para conter excessos, e na escolha de modelos de desenvolvimento a implantar.

O desenvolvimento do turismo em cidades desestruturadas economicamente, que com sua beleza própria exercem grande um magnetismo, pode provocar um excesso de demanda e superdimensionamento de oferta, agredindo e descaracterizando o meio ambiente.

Em cada cidade ou localidade há uma subjetividade de critérios que passam a direcionar decisões quanto ao que deve e pode ser feito de maneira que atenda aos interesses das partes envolvidas. As crescentes ondas de turistas nacionais e estrangeiros constituem motivo de orgulho para alguns países, porque assim as metas quantitativas são alcançadas.

A exagerada afluência de turistas em espaços naturais e construídos deve ser controlada, pois, além de certos limites, o excesso de visitantes pode anular as atrações que motivaram sua viagem, perturbando o equilíbrio do local. Desta maneira, para o gerenciamento e administração de atividades recreativas, o conceito de capacidade de carga foi desenvolvido para se estabelecer o limite de um determinado espaço.

As questões surgem, portanto, dos estudos de capacidade ambiental que dão as informações necessárias para detectar os principais problemas e um bom quadro dos limites a serem respeitados. A sua determinação está relacionada somente com os atributos físicos de um lugar. O importante neste estudo é o contínuo monitoramento dos impactos e efeitos no meio ambiente, evitando-se desta maneira problemas futuros.

Constitui um trabalho onde não se pode prever o futuro, mas detectar as tensões que surgem decorrentes da atividade humana. As considerações sociais e econômicas não podem ser isoladas. Assim, deve ser considerado como uma importante ferramenta de informações para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Turístico e Planos Diretores, mas não cabe esperar dele mais do que isso.

Referência bibliográfica:

Barbosa, E.P.A., 2003. **Fazenda Ambiental: um programa e desenvolvimento sustentável para propriedades rurais agrárias no Brasil.** In: Oliveira, C.G.S. et al. (Eds). *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Turismo Rural: turismo no espaço rural brasileiro.* Piracicaba, FEALQ.

Cooper et al, 1993. **Turismo – Princípios e Práticas**. Bookman, p.183-200.

Lickorish, L.J. e Jenkins, C.L., 2000. **Introdução ao turismo**. Campus, p.87-103.

Lickorish, L.J. e Jenkins, C.L., 2000. **Introdução ao turismo**. Campus, p.117-131.

Serenato, P., 2003. **A produção ervateira como atrativo turístico em Teixeira Soares, PR**. In: Oliveira, C.G.S. et al. (Eds). *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Turismo Rural: turismo no espaço rural brasileiro*. Piracicaba, FEALQ.

Solla, X.M.S., 2002. **Turismo rural – tendências e perspectivas**. In: Irving, M.A.e Azevedo, J. , 2002. *Turismo: O Desafio de Sustentabilidade*. Futura.

Zuanazzi, M., 2003. **Turismo Rural e Políticas Públicas**. In: Oliveira, C.G.S. et al. (Eds). *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Turismo Rural: turismo no espaço rural brasileiro*. Piracicaba, FEALQ.

Youell, R., 1998. *Turismo uma Introdução*. Contexto, p.219-255.